



RESOLUÇÃO Nº 017/2013 – CONEPE

Institui a Política de Ações Afirmativas da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão do Conselho tomada na 1.^a Sessão Ordinária realizada no dia 12 de junho de 2013.

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil que, dentre os seus objetivos fundamentais, estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, inciso IV) e afirma o direito social a educação (Artigo 6º);

CONSIDERANDO a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial mediante, dentre outros fatores, adoção de medidas, “implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros” (Art. 4º, inciso VII).

CONSIDERANDO a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO a Conferência Nacional de Educação (CONAE-2010), que em seu documento final aponta “a presença das desigualdades raciais na Universidade brasileira e a necessidade de políticas de democratização do acesso e da permanência nesse nível de ensino que visem à sua superação”. (p. 66);

CONSIDERANDO ainda que para a CONAE, “as instituições educativas e os sistemas de ensino devem colaborar intensamente na democratização do acesso e das condições de permanência adequadas aos/às estudantes no tocante à diversidade socioeconômica, étnicorracial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida.” (p.63);



CONSIDERANDO a adesão da UNEMAT ao SISU e a necessidade de adequações às novas formas de ingresso por meio das notas do ENEM;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir a política de Ações Afirmativas da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT para o ingresso no Ensino Superior.

Art. 2º. Dos 100% (cem por cento) das vagas para ingresso nos cursos de Graduação na UNEMAT, 40% (quarenta por cento) para ampla concorrência, 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes que se enquadrem no Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial – PIIER e 35% (trinta e cinco por cento) será destinada a estudantes de escolas públicas

Art. 3º. Para concorrer às vagas destinadas a estudantes de escolas públicas, o candidato deverá comprovar que concluiu o ensino fundamental e médio integralmente em escola pública.

§1º. Os alunos que estudaram em escola privada com bolsa são impedidos de concorrer às vagas para estudantes de escola pública.

§2º. No ato da inscrição aos processos seletivos da UNEMAT, o candidato que desejar concorrer às vagas específicas para estudantes de escolas públicas deverá fazer a opção no formulário de inscrição, destinada para esse fim.

§3º. Todos os candidatos que se submeterem aos processos seletivos para os cursos regulares de graduação, modalidades diferenciadas e turmas especiais e que não tenham sido eliminados segundo as normas desses processos, serão ordenados em qualquer dos casos previstos no art. 2º, em uma classificação geral – ampla concorrência – conforme pontuação obtida segundo as normas de cada processo seletivo

§4º. As vagas previstas para alunos de escolas públicas serão preenchidas pelos candidatos que obtiverem o melhor desempenho dentre os optantes da respectiva categoria, e que não alcançarem nota suficiente para ingressar nas vagas de ampla concorrência.

Art. 4º. Na distribuição das vagas existentes na seleção de entrada da UNEMAT, conforme porcentagem prevista no art. 1º, os números decimais deverão ser arredondados para complementar uma vaga inteira para a categoria com a menor porcentagem do total de vagas,



ficando as vagas assim distribuídas:

I – no vestibular com total de 30 (trinta) vagas abertas, estas serão distribuídas da seguinte forma:

- a) 8 (oito) vagas para o Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial – PIIER;
- b) 10 (dez) vagas para estudantes de escolas públicas;
- c) 12 (doze) vagas para ampla concorrência.

II – no vestibular com total de 40 (quarenta) vagas abertas, estas serão distribuídas da seguinte forma:

- a) 10 (dez) vagas para o Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial – PIIER;
- b) 14 (quatorze) vagas para estudantes de escolas públicas;
- c) 16 (dezesesseis) vagas para ampla concorrência.

III – no vestibular com total de 50 (cinquanta) vagas abertas, estas serão distribuídas da seguinte forma:

- a) 12 (doze) vagas para o Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial – PIIER;
- b) 18 (dezoito) vagas para estudantes de escolas públicas;
- c) 20 (vinte) vagas para ampla concorrência.

Parágrafo Único: Caso a UNEMAT abra o total de vagas superior ou inferior ao previsto nos incisos do presente artigo, deverá aplicar a regra prevista no *caput*.

Art. 5º. No caso de haverem vagas não preenchidas em uma das categorias previstas no art. 1º e, inexistirem número suficiente de classificados para preenche-las, estas deverão ser distribuídas entre as demais categorias, respeitando-se a manutenção da proporcionalidade, prevista no art. 1º, no momento da distribuição das vagas.

Parágrafo Único: Quando for realizada a divisão das vagas não preenchidas em uma das categorias, para as demais, respeitada proporcionalidade, as vagas que tiverem números decimais deverão ser arredondados para preenchimento de uma vaga inteira na categoria que tiver a menor porcentagem de vagas do total.

Art. 6º. A distribuição das vagas ociosas será publicada em edital específico, com regras próprias, respeitando a proporcionalidade na distribuição das vagas, conforme previsão do art. 4º e do art. 5º.

Art. 7º. Será instituída pelo CONEPE uma Comissão composta por 2 (dois) docentes, 1 (um) PTES e 1 (um) aluno para elaborar uma proposta de acompanhamento dos alunos beneficiados com as ações afirmativas com mandato de 2 (dois) anos, prorrogados por igual tempo.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.



Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em Cáceres/MT, 12 de junho de 2013.

Prof. Me. Adriano Aparecido Silva
Presidente do CONEPE